

-----**ATA NÚMERO 6/2021**-----

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL,
REALIZADA EM DEZ DE MARÇO DO ANO DOIS MIL E VINTE
UM.**-----

-----Aos dez dias do mês de março do ano dois mil e vinte e um nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, via vídeo/teleconferência, sob a Presidência do Presidente, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, estando presentes a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis e os Vereadores: Joana Carolina Oliveira da Silva, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Ana Cristina Monteiro dos Santos, Bruno Ferreira Martins, Paula Freitas Menezes, Nadina Cristina Gonçalves Pereira Mota, Dina Maria Gouveia Freitas Letra e Rúben Dinarte Silva Abreu. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão – Loja do Múncipe.-----

-----Verificado o quórum, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, declarou aberta a reunião.-----

AUSÊNCIA: - Verificou-se não estar presente nesta reunião, o Vereador do PSD, Jorge Miguel do Vale Fernandes, considerando-se justificada a respetiva falta.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Vereadores, foi aprovada, por maioria, com abstenção da Vereadora do PSD, Paula Menezes.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VEREAÇÃO: - Iniciando este período, a Vereadora Dina Letra, da Confiança, deu conta de que “a Câmara Municipal do Funchal integrou a Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, como membro fundador, sendo uma das setenta autarquias do país que integram esta rede criada pela Federação Nacional de Associações Juvenis, no final de 2020. Um pouco à semelhança de outras redes, em que o Município já está presente e que têm constituído boas experiências para o desenvolvimento de temáticas de outra natureza, acreditamos que a integração nesta Rede de partilha de boas práticas será potenciadora de abordagens inovadoras e da criação de sinergias e estratégias conjuntas para a promoção de políticas de juventude que vão ao encontro das reais necessidades identificadas pelos jovens. A integração nesta Rede revela também o compromisso que o Município tem tido com a democracia participativa e com a participação dos nossos munícipes na construção do futuro da cidade e que vem complementar o trabalho que tem vindo a ser feito nesta área, de que são exemplo também o Conselho Municipal da Juventude. Já existiu um primeiro Encontro da Rede de Municípios Amigos da Juventude, tendo o resultado sido muito profícuo e interessante ao nível da adequação das políticas à juventude”. -----

----- - Usando agora da palavra, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu: “Está a decorrer a Semana das Mulheres e as

iniciativas sobre este tema tiveram início no dia um de março e terminarão a vinte e cinco deste mês, fazendo referência à exposição patente na FNAC, mediante uma parceria efetuada entre a Câmara e esta entidade, de vários artistas plásticos e de arte contemporânea sobre o tema da Igualdade e que já havia estado em exposição em 2019 no Átrio da Câmara. Todos os dias desta semana estão a ser lançados vídeos sobre mulheres que fazem parte do livro “Vizinhas com Super Poderes” e na sexta-feira irá ter lugar uma Conferência com a Dr.^a Carla Sequeira, sobre as questões da comunicação social e como as questões da Igualdade surgem na comunicação social, via zoom. Refiro ainda que todas estas atividades só são possíveis devido às parcerias com as diferentes entidades que fazem parte do Conselho Municipal da Igualdade. Também no átrio da Câmara, está patente um projeto de arte comunitário, feito com a Associação “Olho-te”, tratando-se de uma instalação de uma boneca, a Eva, que foi feita pela comunidade da Nazaré e que irá estar patente noutros locais. Informo ainda que estão abertas as candidaturas, até ao final de maio, ao Prémio Municipal Maria Aurora”.

----- - Intervindo, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que a Câmara Municipal, através do Museu de História Natural do Funchal, tem em curso um projeto inovador intitulado “SLIP – The Selvagens’ Limpet Project”, um dos vencedores da terceira edição do Fundo de Conservação dos Oceanos, e que tem como base uma estratégia de conservação da lapa gigante das Ilhas Selvagens. “O

trabalho que está em campo, único nas Autarquias do país, é aferir precisamente se a *Patella candei* é uma espécie endémica da Região ou não e mediante este estudo, o território das Selvagens poderá tornar-se o único reduto desta espécie no mundo. Este projeto inédito irá permitir a clarificação genética que será determinante na definição de um estatuto de conservação para a espécie nas ilhas Selvagens e na implementação de medidas concretas de conservação. Refiro também, que o projeto resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal do Funchal, através do Museu de História Natural do Funchal, a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias e do Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve e do Instituto Português de Malacologia. Através do Fundo de Conservação dos Oceanos, o projeto ganhou o prémio no valor de 33 mil euros, que serão assim investidos de modo a que sejam esclarecidas todas dúvidas sobre a distribuição da espécie e para que posteriormente esta informação permita sustentar um futuro plano de monitorização, contribuindo desta forma para a sua conservação”, acrescentou.-----

----- - Tomando a palavra a Vereadora Paula Menezes, do PSD, questionou se haveria intenção, por parte da Câmara, em aprofundar o conhecimento das Selvagens relativamente ao mar profundo, atendendo à questão do aumento da plataforma continental portuguesa estar relacionada com as Selvagens e pertencendo estas ao Funchal, perceber se existia alguma intenção nesse sentido.-----

----- - Relativamente a esta questão, a Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, esclareceu que têm sido realizados muitos estudos mas ainda não foi dado o salto para este.-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, e acerca de uma notícia veiculada na comunicação social em que o artista plástico Rigo 23, acusava a Câmara em relação ao convite que tinha endereçado para ser o comissário da candidatura da cidade do Funchal à capital europeia da cultura, em dois mil e vinte sete, e que o referido convite fora agora retirado, tendo sido apenas convidado a “fingir”, tendo a Câmara prestado esclarecimentos através da comunicação social, questionou se poderia ser esclarecida desta situação?-----

----- - Relativamente a esta questão, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, afirmou ter existido um convite ao artista Rigo 23, dizendo que “foi precedido de conversas informais e quando o convite é formalizado já existe a certeza de que a pessoa está disponível para o aceitar e foi pelo facto de ter uma projeção internacional recaiu sobre este artista a escolha para ser comissário, numa lógica do que tem sido noutras candidaturas, numa lógica de ser o porta voz desta candidatura, de ser um embaixador junto da comunidade artística internacional, junto da sociedade e esse convite foi formulado. Alguns meses depois, houve uma intenção de existir uma remuneração e uma equipa e a coordenação da própria candidatura que não estava prevista e que tem sido desenvolvida pela própria Câmara Municipal e pela sua

equipa, o que foi explicado ao artista que nessas circunstâncias optou por devolver o convite que lhe tinha sido endereçado, no entanto, a Câmara mantém todo o interesse neste artista de renome internacional em ser o embaixador desta candidatura e a representá-la, mas obviamente é preciso cumprir com o que estava previsto e ficámos desiludidos com a situação, mas tão pouco a Câmara retirou o convite e não existe nenhuma outra pessoa pensada para este efeito e se o próprio decidir aceitar o convite, o mesmo continua de pé.”-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, perguntou se a situação era definitiva ou se já existia alguma tentativa por parte da Câmara, em esclarecer e ultrapassar estes constrangimentos, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu que “houve a devolução da carta com o convite, com uma explicação de que o que teria aceite não seria desta forma, mas sim com a intenção do artista em ter um envolvimento mais profundo na própria definição estratégica da candidatura que está a ser desenvolvida pela própria Câmara, com compromissos já assumidos e que não poderiam ser abandonados em detrimento de outros e as funções pensadas para o Rigo não foi aceite pelo mesmo, estranhando a notícia que veio a público logo após a assinatura do protocolo de parcerias com todas as Autarquias da Região, voltando a lamentar a decisão do artista plástico”.-----

-----Prosseguindo, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, questionou se aquando do primeiro contacto, e normalmente, quando alguém

assume este papel de comissário de uma candidatura com este nível, fica subjacente que é mais para projeção e que é sempre um trabalho pro bono, se seria uma questão de dinheiro, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, referiu não se tratar apenas de uma questão de dinheiro. “Além de existir esta perspetiva e de criar uma equipa, havia um trabalho de curadoria que é diferente de um trabalho de comissariado que não estava previsto, porque estão pensadas outras pessoas para fazer curadoria em várias áreas e não se pode, simplesmente, deitar fora todos esses compromissos para ter uma única pessoa, lamentando mais uma vez que tenha acontecido esta situação, com uma recusa por parte do artista, reforçando, no entanto, que a Autarquia continua a contar com o Rigo para outros trabalhos e iniciativas para a cidade do Funchal, reforçando a situação lamentável, ainda mais que demonstrou-se que o poder local está ao lado desta candidatura bem como o Governo Regional, sendo que o Presidente do Governo Regional já manifestou, publicamente, que estará ao lado de uma candidatura do Funchal, frisou.”-----

-----Seguidamente, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, e sobre uma outra notícia relacionada com as obras da ciclovia, disse que na reunião de vinte e dois de outubro fora colocada a questão dos constrangimentos advindos desta, tendo a Vice-Presidente referido, na altura, tratar-se de uma obra que iria privilegiar outros meios de deslocação e mobilidade e que o PSD concordou. “No entanto, apesar do Vereador Bruno Martins, ter garantido que haviam sido

feitos estudos e reuniões com comerciantes e grupos hoteleiros acerca do projeto, os constrangimentos de trânsito, ao final do dia, são imensos e os operadores turísticos não estão a funcionar, questiono qual a previsão para conclusão da obra e solicito os estudos deste projeto. Refiro ainda que estão a substituir o passeio que era de uma pedra rosa por uma cinzenta, questionando se esta alteração era mesmo necessária e com certeza irá onerar ainda mais a obra e demorar mais tempo ainda e refletir-se no trânsito”, acrescentou.-----

----- - Usando agora da palavra, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, disse ter dados objetivos, porque existe um sistema de sensores que lê a circulação automóvel, onde estão e as horas, para além disso, referiu que “resido na zona e os tempos de atravessamento não estão muito diferentes dos anteriores ao início da obra, mas é normal que quando se realizam obras existem constrangimentos, recordando que não é apenas o PAMUS, no qual estava prevista esta ciclovia, mas vão ser necessárias medidas mitigadoras do trânsito que têm estado a ser implementadas, existindo também a estratégia ciclável, foram feitos estudos de micro modulação e o próprio projeto da ciclovia, no entanto, os dados apontam que, hoje em dia, a circulação automóvel, face a um período normal, é menos 2 a 3% e os dados das contagens não indicam agravamento o que não quer dizer que não aconteça pontualmente. Relativamente aos dados solicitados, poderão ser fornecidos, embora sejam dados públicos”.-----

----- - Intervindo, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, disse que não disponha de sensores mas que verificava, pelos seus olhos, as filas intermináveis, mas que o mais preocupante é quando os hotéis estiverem a funcionar e a economia estiver em pleno, haverá um agravamento da situação e os Vereadores do PSD são preocupados com as questões do Funchal.-----

----- - Tomando a palavra, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, disse que todos estes aspetos foram pensados e estudados e estão plasmadas no projeto. Sobre a ciclovia, referiu que “genericamente, toda a gente quer melhores hábitos de vida e mais saúde, melhores benefícios para o planeta e uma sociedade mais sustentável, mas ninguém está disponível para mudar de hábitos de vida e todos têm a obrigação de ter esse papel pedagógico porque não se conseguem fazer mudanças sem pedagogia, dizendo por fim que, efetivamente, foi um projeto pensado e estudado e que o caminho da sustentabilidade é corajoso, mas precisa de todos, principalmente todos os governantes. Reunirei toda a informação de forma a apresentá-la”.-

----- - Intervindo, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse ainda que “sobre esta matéria a realidade é que, os Vereadores do PSD, quando lançamos esta obra, disseram que a mesma era um projeto do PSD e sempre concordaram e, até na altura da campanha, disseram que queriam construir uma ciclovia até à Praia de São Tiago, na verdade, o projeto vem incluído na estratégia do PAMUS que não é do PSD, mas partilhamos a mesma

vontade de ter mobilidade suave e de trabalhar pela sustentabilidade. Recordo-me que, quando cheguei à Câmara, uma das primeiras obras que acompanhei foi precisamente a ciclovia entre o Jardim Panorâmico e o Nó do Monumental Lido e se se pretende falar de um trabalho que foi muito mal planeado, esse é um deles. A obra foi lançada pelo PSD, misturou-se duas empresas a trabalhar no mesmo local, não se conversou com os comerciantes, não se acautelou depois as questões da mobilidade em termos de transportes públicos coletivos e essa foi uma herança que tivemos nós que resolver a meio da obra e foi resolvido, mas deu-nos a capacidade de perceber que esses erros não podemos cometer no futuro e essa aprendizagem que tomamos na altura estamos a fazê-la agora nesta intervenção. Estamos a fazer uma redução de uma faixa e fica uma para cada lado, como acontece na restante Estrada Monumental até ao Fórum, de resto ficará em toda a extensão uma faixa para cada lado, não existindo diferenças sobre o que já foi feito anteriormente. É verdade que as obras causam incómodos, mas a forma como foi organizada, foi pensada como a menos prejudicial possível para todos e terá um valor acrescentado enquanto destino acessível”.-----
----- - Fazendo a sua intervenção, o Vereador Rúben Abreu, da Confiança, acrescentou: “Se me sentar na Câmara às cinco e meia e olhar para a Rua 5 de Outubro, e devido aos horários que estão a ser impostos, também vejo filas intermináveis até à Avenida do Mar e isto é um facto que se passa em toda a cidade porque as pessoas

querem ir para casa, e a questão da Monumental passa por uma aprendizagem”, ao que a Vereadora Nadina Mota, do PSD, referiu que “assim seja, reforçando que, neste momento, autocarros de turismo, são zero”.-----

----- - Intervindo a Vereadora Paula Menezes, do PSD, disse que o Presidente está equivocado quando diz que o PSD apoiou o projeto. “Como sabe começou com a Vereação do PSD, e o Senhor começou esta obra e deve ao PSD por ter feito a expropriação e ter permitido o alargamento da via, entre a ponte do Ribeiro Seco e a Travessa do Valente, e também sabe que não vai continuar a ciclovia porque não efetuou o resto das expropriações que eram necessárias para que houvesse essa ciclovia e sou testemunha, há 47 anos, do inferno que tem sido relativamente ao trânsito, sendo que de mota é um pouco mais fácil mas a verdade é que, neste momento, evito a Estrada Monumental, mas o timing foi o melhor. A ideia do PSD era fazer as expropriações necessárias de maneira a conseguir ter o trânsito compatível com a via, sublinhou”-----

----- - Intervindo novamente, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, acrescentou: “A própria União Europeia o que prevê para os apoios cofinanciados, no âmbito da mobilidade, é que não seja retirado espaço de passeio mas sim espaço automóvel, porque o objetivo é ter uma ciclovia como alternativa ao automóvel e, neste caso, não é necessário nenhuma expropriação para além das que já foram feitas”.-----

-----Retomando a palavra, a Vereadora Paula Menezes, do PSD,

referiu que “o que sabemos é que as críticas têm sido muitas e estamos aqui para transmitir as preocupações que nos são transmitidas.”-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, disse ter apresentado um requerimento a solicitar informações sobre as áreas urbanas de génese ilegal, questionando para quando a resposta ao mesmo, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, informou ter recebido o referido requerimento e ter enviado aos serviços, referindo, no entanto, que “o solicitado é muito difícil, uma vez que questionam todas as casas de génese ilegal e se a Câmara tivesse conhecimento de todas as casas de génese ilegal e se nada fizesse significa que a fiscalização não estaria a fazer o seu trabalho. No entanto, assim que existir uma informação coligida daquele que é o conhecimento da Câmara será respondido”.-----

----- - Intervindo, o Vereador Bruno Martins, da Confiança, por sua vez, disse que “há anos atrás, haviam entre seis a dez legalizações por ano, mas, nos últimos dois anos, ultrapassamos as duzentas e cinquenta legalizações e algumas destas são de prédios com várias frações, e se a Senhora Vereadora está empenhada nas legalizações deve valorizar estes dados, coisa que não tem feito até agora e temos visto o artigo 97º a funcionar e é um exemplo para todos os PDM's do País e na prática já estamos a legalizar o que antes era ilegalizável, questionando se o CDS/PP não deveria relevar este facto? É uma falta de seriedade intelectual

que afasta as pessoas da política e dos políticos, porque as pessoas ficam baralhadas quando ouvem isso. Não é correto e a Vereadora é melhor do que isso e espero mais de si!”.-----

----- - A Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, ripostou, referindo: “Já noutras ocasiões valorizei o seu trabalho ao nível da legalização com base nesse artigo, o que digo e insisto na criação de um regulamento que pode ser fundamentado neste artigo e com base na experiência na legalização de casas de génese ilegal. Este artigo 97º poderá dar origem a um regulamento em que as bases estejam clarificadas para todas as pessoas que queiram legalizar as suas habitações e essa é a nossa insistência e eu não desvalorizo o trabalho feito e já o valorizei em muitas oportunidades, mas insistimos em que pode ser feito muito melhor e com base na sua experiência e nesse artigo. Estou certa que uma regulamentação onde as pessoas tenham clarificado quais são as normas, requisitos, prazos, e tudo mais claro, vai ser muito melhor para a Câmara e para os funchalenses e não tem que desvalorizar a minha opinião, nem desvalorizar a minha capacidade nem a minha inteligência como eu nunca fiz consigo. Temos de respeitar as nossas capacidades e opiniões, e tenho o direito de ter uma opinião diferente da sua”.-----

-----Continuando na sua intervenção, a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, questionou acerca do apoio às creches e estabelecimentos de ensino pré-escolar, referindo que, ao nível dos apoios sociais, a Câmara tem feito um trabalho excecional no apoio

às famílias e incentivo à natalidade, mas relativamente às creches, quantas crianças estavam abrangidas por esse apoio, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, informou que a informação seria recolhida e oportunamente será transmitida.-----

----- - A Vereadora Joana Silva, do PSD, fez a seguinte intervenção, sobre a problemática dos sem abrigo: “Relativamente aos sem abrigo e às notícias que têm vindo a público, nomeadamente com acusações graves contra a Câmara em que não cumpre com os acordos de cooperação, de não os ouvir, de não existir discussão, de querer ser a Câmara a açambarcar aquelas que são as competências das associações que trabalham na causa dos sem abrigo, solicitava informação acerca destas questões. Para além disto, há um caso mais grave, da ACA, que teve muito destaque ao nível da imprensa, recordando, no entanto, os louvores a esta Associação, aquando da colocação dos cacifos, em 2020, a habitação partilhada, durante a pandemia uma linha telefónica gerida pela ACA e que recebeu vários elogios nestes fóruns, para posteriormente esta mesma Associação que era excelente, passar a não receber apoio, que refere que a Autarquia tem uma dívida para com ela de 24 mil euros, que é acusada de má gestão, por parte da Câmara, o que é ainda mais preocupante, e depois as afirmações que o Presidente desta Associação faz à Câmara, parecem igualmente graves, diz que não há interesse e que a Câmara faz medidas avulso nesta área, que não existe uma política de intervenção, acusa a Autarquia de autocracia e há aqui

uma série de questões que seria bom que fossem esclarecidas aos Vereadores. Refiro ainda que no ponto um da ordem de trabalhos esta Associação já não recebe apoio financeiro”.-----

----- - Tomando a palavra, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, disse: “Concordo com a Vereadora Joana quando diz que as acusações, por parte do Presidente da Associação, são graves, principalmente quando se tem uma relação com a Câmara de prestador de serviços ao Município, só tendo pecado pela exclusão nas críticas que também foram efetuadas ao Governo Regional e à Segurança Social, e obviamente que a Autarquia não pode aceitar este tipo de comportamentos. Relativamente à questão financeira, os pagamentos são efetuados depois da boa prestação do serviço e após a entrega de todos os elementos comprovativos dessa execução”.-----

----- - Intervindo, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, questionou se a Câmara iria agir judicialmente, ao que o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, devolveu a questão e como Vereadora se achava que deveria a Câmara agir judicialmente?-----

----- - Usando da palavra, a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, e sobre este assunto, referiu: “Quando a Vereadora Joana diz que não encontra a ACA na lista dos apoios, informo que nunca encontrou, porque a ACA nunca teve apoios da Câmara, mas sim trabalhou com a Câmara sempre com contratos de prestação de serviços. Relativamente à dívida e conforme já esclarecido pelo Presidente, todos os contratos são feitos por

tranches e a última tranche só é paga quando é entregue o relatório final de todo o trabalho realizado e no caso da ACA deverá entregar os restantes documentos e se há problemas de falta de pagamentos a pessoas que tenham contratado não tem a ver com a Câmara, mas com a própria ACA. Em termos de trabalho na área da população sem abrigo, não se percebe a acusação, porque o trabalho feito é coordenado com o CASA e com o Centro de Apoio às Pessoas Sem Abrigo e, ao nível de apoios, têm sido dados apoios a projetos específicos nesta área, até porque recebem apoios da Segurança Social. A Câmara Municipal do Funchal, tem sempre trabalhado em coordenação e não existem outras a se queixarem da falta de pagamento. Estas Instituições recebem apoios anuais e estão contempladas pelos trabalhos que fazem na cidade. Acrescento ainda que, desde 2018, a Câmara trabalha com a Rede Europeia Anti Pobreza e já no ano passado a EAPN foi objeto de um apoio e todas as instituições se conhecem e trabalham umas com as outras. Relativamente às acusações proferidas pelo Arquiteto Duarte Paiva, também as considerei graves e fiquei surpreendida, sendo que as questões de falta de pagamento, não correspondem à realidade, porque ele assinou um contrato onde sabia o valor de cada prestação e por parte da Autarquia está disponível para poder levantar o dinheiro, só faltando entregar as declarações em como não tinha dívidas à Segurança Social”.-----
----- - Intervindo a Vereadora Joana Silva, do PSD, questionou o que sucederá com a habitação partilhada, que era gerida por esta

Associação, visto que não será renovado o contrato, ao que a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, explicou que “quando foi feito o contrato com a ACA foi no sentido de arranjar soluções que não existissem na Madeira como a habitação partilhada, promovendo a autonomia dos residentes e quando apoiamos estamos a fazê-lo com soluções que sabemos que há falta e que não existe muito investimento. A AMI tem um centro onde se trabalham, não só as questões do emprego, da cantina, da lavandaria, dos banhos e apoio ao aluguer dos quartos. O CASA investe mais nas refeições e a APP investe também em projetos pontuais para ajudar as pessoas. Quando a ACA propôs os cacifos e a casa partilhada, foram consideradas boas ideias e um bom apoio e sabemos que o dinheiro público tem que ser bem investido e deverá ser feito na prevenção. Refiro ainda que as políticas públicas têm que se orientar para a capacitação e o enquadramento das pessoas e terão que se encontrar outras soluções e a casa partilhada é um projeto da ACA que terá de encontrar outra solução e estamos sempre disponíveis para trabalhar em parceria que é o que sempre temos feito, em coordenação com as diversas entidades regionais e com as várias Associações de forma a maximizar os recursos e os tipos de ajuda”.

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

1 – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS: - Foi aprovado, por unanimidade, a atribuição para o corrente ano, dos apoios financeiros a várias entidades de caráter Social, conforme lista anexa à deliberação submetida pela Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, ficando a mesma a fazer parte integrante desta ata como Anexo (A):-----

---“Considerando que: 1 - Conforme o estatuído na alínea u) do n° 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, constituem incumbências das câmaras municipais apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças; 2 - Nos termos da alínea o), da mesma lei, compete igualmente à câmara municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o Município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; 3 – As pessoas coletivas e individuais que constam no documento que constitui o Anexo I à presente deliberação, prosseguem escopos e atividades de reconhecido e relevante interesse municipal no domínio cultural e cumprem as premissas previstas no Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividades de Interesse Municipal; 4 – A atribuição dos apoios financeiros em anexo tem em consideração o plano de atividades apresentado por cada uma das entidades, bem

como o serviço público prestado ao Concelho do Funchal, nas áreas em que as referidas entidades se inserem; 5 – As verbas atribuídas pela presente deliberação têm cabimento 1227/2021. Face aos considerandos acima mencionados, tenho a honra de propor que esta Câmara Municipal, ao abrigo das alíneas o) e u), do n.º 1, do art.º 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do Regulamento de Atribuição de Apoios Financeiros ao Associativismo e Atividade de Interesse Municipal, delibere a atribuição, para o ano de 2021, do apoio financeiro de € 261.500 (duzentos e sessenta e um mil e quinhentos euros) às atividades de interesse municipal no âmbito do Social constantes no anexo a esta deliberação”.-----

--- - Usando da palavra, a Vereadora Nadina Mota, do PSD, e relativamente à entidade três, questionou, concretamente, qual o projeto em questão, reforçando novamente, que se existisse uma plataforma para este efeito, poderiam aceder a toda a informação.--

--- - Em resposta a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, referiu: “Este projeto visa apoiar as pessoas que estão na rua, os sem abrigo, assim como os/as trabalhadores(as) do sexo, e que são uma população muito desprotegida na cidade e que devido à pandemia ainda mais desprotegida está, bem como os toxicod dependentes, sendo que os atuais serviços de saúde não abrangem nem protegem estas pessoas”.-----

--- - Intervindo a Vereadora Ana Cristina Santos, do CDS/PP, disse querer conhecer mais profundamente os projetos que vão ser

apoiados, ao que a Vereadora Madalena Nunes, da Confiança, esclareceu que “existe apoio na área da psicologia e da assistência social. Serão equipas técnicas que andarão na rua, sem horários, dado que a maioria das equipas de rua fazem um horário diurno igual aos serviços e estas equipas de rua conseguem estabelecer ligações mais diretas, fora dos horários diurnos normais, de forma a serem reencaminhadas para as redes da Segurança Social.”-----

2 – EDUCAÇÃO E DESPORTO:-----

----- - Normas de Participação da 2.ª edição do Torneio FIFA Cidade do Funchal & Normas de Participação da 2.ª edição do Campeonato Virtual Rali – Cidade do Funchal: - Subscrita

pela Vereadora da Confiança, Dina Letra, foi presente e aprovada, por unanimidade, a proposta de deliberação que se transcreve:-----

---“Considerando que: a) Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) qualificou a situação atual de emergência de saúde pública causada pela epidemia do novo coronavírus, COVID-19, como pandemia, tendo em conta os elevados níveis de propagação da doença; b) Desde então, o País e a Região têm atravessado uma situação excecional, que exigiu a aplicação de medidas extraordinárias de caráter urgente de restrição de direitos e liberdades, o que levou ao confinamento social; c) A Câmara Municipal do Funchal (CMF) pretende criar formas de mitigar as dificuldades naturais do isolamento social, envolvendo todos os cidadãos nas atividades promovidas pela autarquia; d) A CMF posiciona-se enquanto *Município Amigo do Desporto*, e pretende

criar as condições necessárias para a contínua prática desportiva dentro dos limites impostos pelas medidas de segurança, necessárias ao momento que vivemos; e) O conceito de *eSports* define uma forma organizada de competição de jogos virtuais, praticada de forma individual ou coletiva, e que abrange diversas vertentes de géneros desportivos, de que são exemplo os desportos motorizados e o futebol; f) A primeira edição do Torneio FIFA – Cidade do Funchal e Campeonato Virtual Rali – Cidade do Funchal, organizada em 2020, contou com mais de três centenas de participantes, tendo sido um sucesso; g) Neste contexto, a CMF tem por objetivo promover, à semelhança do ano transato, o *Torneio FIFA Cidade do Funchal e o Campeonato Virtual Rali – Cidade do Funchal*, cuja participação é permitida a todos os residentes na Região Autónoma da Madeira. Assim, proponho que esta Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do n.º 1, do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o seguinte: i) Aprovar as Normas de Participação da 2.ª edição do *Torneio FIFA – Cidade do Funchal*, que constitui anexo à presente proposta de deliberação, sendo da mesma parte integrante; ii) Aprovar as Normas de Participação da 2.ª edição do *Torneio FIFA – Cidade do Funchal*, que constitui anexo à presente proposta de deliberação, sendo da mesma parte integrante.”-----

3 – INDEMNIZAÇÃO: - A Câmara deliberou, em função da exposição apresentada por Maria do Carmo Gonçalves Gramilho Sousa (proc.º 9156/2021) e com base na informação das Águas do

Funchal (ref^a I-2021/3712), aprovar, por unanimidade, o pagamento da importância de € 390,88 (trezentos e noventa euros e oitenta e oito cêntimos), referente aos danos (avaria) causados no termoacumulador da moradia situada no Caminho das Virtudes, Conjunto Habitacional dos Barreiros, Bloco F 2º AM, freguesia de São Martinho, devido ao corte sucessivo do abastecimento de água por vários dias consecutivos.-----

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA: - Os textos das deliberações tomadas na presente reunião são, ao abrigo do estatuído no número três, do artigo cinquenta e sete, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte e um, do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal, aprovadas em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, Miguel Silva Gouveia, deu por encerrada a reunião às onze horas e quarenta minutos.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão – Loja do Muncípe, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 114/2021, publicada nos locais de estilo.